
Análise das notícias sobre a etapa de recuperação do desastre do Litoral Norte de SP¹

Leticia Menezes PASUCH²
Eloisa BELING LOOSE³
Luciana R. LONDE⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)

Resumo

O desastre ocorrido em fevereiro de 2023 em São Sebastião, situado no Litoral Norte de São Paulo, acarretou várias consequências, sentidas até os dias de hoje. Ao entender que há uma maior visibilidade por parte dos meios jornalísticos na eclosão do desastre, analisamos a fase de recuperação, que ocorre após a resposta imediata. Por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), foram analisadas 342 notícias e reportagens veiculadas em portais de notícias brasileiros sobre o desastre de 15 de fevereiro até 17 de novembro, nove meses após sua ocorrência. Dessas, 42 trataram especificamente de temáticas alinhadas à recuperação. Observou-se que há maior incidência de matérias sobre obras de habitação e discussões decorrentes de atrasos e negligências, mas poucas matérias tratam da questão com a devida complexidade.

Palavras-chave

Jornalismo; cobertura de desastre; jornalismo; desastre; recuperação.

Introdução

Em fevereiro de 2023, véspera de Carnaval, inundações e deslizamentos de terra assolaram diversos municípios do Litoral Norte de São Paulo. Foram 65 mortes ao todo, sendo 64 vítimas no município de São Sebastião e uma em Ubatuba. Entre os dias 18 e 19 de fevereiro, foram 683 milímetros registrados em poucas horas, segundo dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e do

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: leticiampasuch@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora da UFRGS. E-mail: eloisa.loose@ufrgs.br.

⁴ Orientadora do trabalho. Pesquisadora do Cemaden. E-mail: luciana.londe@cemaden.gov.br

Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), com acumulados de até 400 mm em menos de seis horas, segundo a MetSul⁵.

O temporal, considerado o maior registrado em 24 horas, causou devastação principalmente na Vila Sahy, localizada no bairro Barra do Sahy. O desastre também deixou milhares de desalojados e desabrigados nas regiões afetadas, de acordo com boletins divulgados pelo governo estadual. Rodovias foram bloqueadas e casas ficaram destruídas após o temporal, que causou deslizamentos de terra na região.

O objetivo deste estudo é analisar como se deu o período de recuperação do desastre de São Sebastião, considerando que o estudo sobre esta etapa do desastre ainda é incipiente, porém necessário. Este artigo reflete sobre um ponto de análise de uma pesquisa mais ampla, que visa analisar como foi a cobertura do desastre de São Sebastião⁶.

No estudo anterior, ainda não publicado⁷, constatou-se que a divulgação dos alertas sobre o desastre foi escassa. A cobertura do primeiro mês do desastre de São Sebastião é orientada pela factualidade, demonstrando mais investimento em notícias voltadas ao próprio acontecimento e suas consequências. A cobertura se aprofundou majoritariamente nas consequências e no relato de sobreviventes do acontecimento, e trouxe uma discussão incipiente sobre as causas do desastre e as injustiças ambientais relacionadas com a vulnerabilidade socioambiental.

Neste trabalho nos debruçamos sobre quais são os aspectos atrelados à fase da recuperação que aparecem no corpus coletado ao longo dos nove meses após a eclosão do desastre. Metodologicamente, o estudo é baseado na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), a partir de uma categorização oriunda de leituras na área de gestão de riscos e desastres e da comunicação sobre esses eventos.

A cobertura de desastres

A cobertura jornalística dos desastres é centrada no momento de sua eclosão nos aspectos imediatamente posteriores. Isso ocorre porque o campo jornalístico é orientado

⁵ Disponível em: <https://metsul.com/imagens-de-satelite-mostram-a-dimensao-do-desastre-em-sao-paulo/>. Acesso em: 18 abr 2024.

⁶ Nesta pesquisa nos deteremos nos desmembramentos da categoria "Recuperação"; na pesquisa mais ampla trabalhamos com outras, associadas ao ciclo de gestão de riscos de desastres.

⁷ O trabalho foi aceito para a apresentação no Intercom Sul, adiado em razão do desastre ocorrido no Rio Grande do Sul.

para aquilo que rompe a normalidade e atua de forma retrospectiva, relatando o que já aconteceu (KITZINGER e REILLY, 2002). Logo, aspectos preventivos são poucos noticiados antes da concretização do risco em desastre (LOOSE e GIRARDI, 2018). Contudo, ações posteriores ao que chamamos de “momento quente da cobertura” também tendem a ter menos atenção midiática, em razão de uma conformação de que a “normalidade” foi restabelecida.

Mais do que mencionar o desastre ao longo do tempo, os enquadramentos de como este é apresentado para o debate público também precisam se alterar. No início, como evento limite, o desastre acaba sendo retratado de forma repetitiva, contribuindo pouco para a ampliação do debate (AMARAL, LOZANO ASCENCIO e PUERTAS CRISTOBAL, 2020). Há poucas informações imediatas e uma necessidade de situar a população diante da extensão e gravidade. O intuito do Jornalismo de exercer um serviço à sociedade por meio da apuração dos fatos é evidenciado. Se nos primeiros momentos há a necessidade de reportar o que está acontecendo, com o desenrolar do desastre, abre-se espaço para aprofundar relações com as políticas e o sistema de gerenciamento, tratar de responsabilização e da fase de reconstrução.

Quando o desastre passa a ser incorporado na suposta normalidade do cotidiano, outros eventos, com graus diferentes de ineditismo, tendem a ocupar o centro das atenções midiáticas. A cobertura da imprensa é limitada e precisa selecionar quais serão os acontecimentos do dia que receberão visibilidade. Nessa lógica, ainda que o desastre continue afetando as pessoas, outras notícias tomarão seu lugar.

Valêncio e Valêncio (2017, s/p) criticam a cobertura jornalística, apontando que a perspectiva sociológica dos desastres é muito pouco presente, gerando “representações sociais reducionistas sobre a realidade social”. Segundo os autores, o abandono dos grupos afetados aparece com menor frequência do que as soluções tecnológicas, como sistemas de monitoramento e alerta.

As angulações que tratam da prevenção, dos riscos de desastre, aparecem no pós-desastre. Ainda que existam iniciativas de um jornalismo orientado para a prevenção, como o apresentado por Alende Castro (2016) na Espanha, há dificuldade de o jornalismo atuar na comunicação de riscos, já que a antecipação dos fatos foge da lógica de relatar aquilo que está acontecendo e pode ser entendido por alguns como especulação (LOOSE, 2020).

Embora os estudos constatem esse comportamento por parte da imprensa, pesquisadores e profissionais que atuam na gestão de riscos de desastres reforçam que o trabalho da imprensa precisa ser contínuo, ultrapassando a fase da resposta e acompanhando os desdobramentos acarretados, que, muitas vezes, geram novos riscos e outros tipos de desastre (MACHADO et al., 2017). A cobertura prolongada do desastre - que precisa ser entendido como um processo e não uma fatalidade - precisa considerar outras perspectivas, pouco exploradas pela imprensa.

A fase da recuperação

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) indica várias fases na Gestão de Riscos e Desastres (GRD), que é “um processo social permanente e contínuo, apoiado por estruturas institucionais e comunitárias, com o objetivo de enfrentar vulnerabilidades e ameaças presentes no território” (SULAIMAN, 2021, p. 10). Estas fases compreendem a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Enquanto prevenção, mitigação e preparação são etapas anteriores à ocorrência de um desastre, a resposta compreende as ações durante e a recuperação após o desastre.

As ações de recuperação, foco deste trabalho, são “medidas desenvolvidas após a ocorrência do desastre, destinadas a restabelecer a normalidade social, que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída e a recuperação do meio ambiente e da economia” (SULAIMAN, 2021, p. 33).

A PNPDEC menciona a palavra “recuperação” nove vezes, a maioria com ênfase à transferência de recursos financeiros (VIANA, MARCHEZINI e GAMBARDILLA, 2022), apesar da fase de recuperação incluir outras ações, que extrapolam os gastos e controle de gastos. Freitas, Young e Sant’Anna (2023) apontam que as ações de prevenção/mitigação e preparação apresentam menos de 30% de execução do orçamento, enquanto os valores da etapa de resposta e recuperação são quatro vezes maiores do que a dotação inicial. É esperado, porém, que a fase de recuperação inclua não apenas a reconstrução de edificações e infraestrutura, mas também a recuperação de danos imateriais, como a dignidade e a saúde física e/ou mental.

Valêncio (2014) aborda a violência técnica contra grupos sociais afetados nos desastres, na fase de recuperação. Esta violência inclui, por exemplo, falta de apoio

oficial aos ritos de luto, ausência ou demora de serviço especializado de resgate, relativização dos direitos territoriais da família, imposição de regras de convivência privada por terceiros, ausência de informações e providências acerca do encaminhamento das soluções habitacionais definitivas. A autora destaca que:

[...] o abandono técnico dos grupos sociais mais afetados é usual, pois as medidas de recuperação são adotadas parcialmente ou sequer chegam a se materializar. Pairava sobre as famílias e comunidades inteiras a ideia de que se tornaram refugio humano. Os refugados sofrem não apenas do medo da morte corpórea, mas o de ser afastado da convivência com os demais, esvaziando a possibilidade de exercitar a humanidade, isto é, temem a morte social. Porém, se indagássemos que importância o risco de morte social no contexto de desastre tem para a discussão de aprimoramento institucional, a resposta seria desalentadora." (Valêncio, 2014, p. 3639).

Para Viana, Marchezini e Gambardella (2022) e Castellanos et al. (2015), os processos de recuperação e reconstrução em desastres são compreendidos por sua cronicidade, como situações culturais e sociais não-curáveis, ou seja: o abandono social de alguns grupos, a invisibilidade e o apagamento de outros e a perda de registros de memórias e de identidade local são situações que se mantêm por um longo período de tempo, não se encerram logo e nem de forma simples.

Há situações em que os processos de recuperação são lentos. No desastre na barragem de mineração da Samarco, por exemplo, a alteração de processos ecológicos e a mortalidade da fauna aquática são acontecimentos que exigem décadas para a recuperação da biodiversidade e do assoreamento do rio Doce (FREITAS, SILVA e MENEZES, 2016). Entre as ações de recuperação ambiental, estão a elaboração de um plano emergencial de recuperação da bacia do Rio Doce, o zoneamento ecológico ambiental dos rios e suas margens e recomposição da mata ciliar, a concepção de um sistema de previsão de eventos críticos, a recuperação do solo e o levantamento de fauna e flora para avaliação dos impactos e elaboração de medidas de proteção (Ibidem). Entre as ações de recuperação para a saúde, em curto prazo foi proposto um protocolo assistencial e acionamento do plano de crise de um hospital em Belo Horizonte. Em curto e médio prazos, foram propostas a estruturação de planos de contingência envolvendo a criação de comitês operativos, protocolos de atenção e vigilância, controle de pragas e vetores de doenças, estruturação das unidades de saúde

e frouxos de atendimento (Ibidem). Nas ações de mitigação e recuperação socioeconômica, como objetivo primário, foram propostas obras de construção civil para recuperação e reconstrução de obras danificadas, considerando que esta pode ser uma forma de oferecer emprego e renda a pessoas afetadas (Ibidem). Em médio prazo, foram sugeridos estudos para retomada das atividades econômicas paralisadas e desenvolvimento de outras atividades de inserção de capitais, como o turismo (Ibidem).

Os estudos sociais sobre desastres, particularmente aqueles direcionados a processos de reconstrução e recuperação, ainda são poucos (MARCHEZINI e FORINI, 2019). Nos projetos de recuperação, portanto, há mais esta lacuna, pois os modelos de desenvolvimento regional precisam considerar as dimensões humanas e sociais nas estratégias de resiliência a desastres (Ibidem).

Como lições e sugestões para recuperação, Freitas, Silva e Menezes (2016, p. 29) apontam para a necessidade de compreender a os impactos de modo sistêmico, “pois os impactos socioeconômicos se mesclam com as alterações ecológicas e nos serviços dos ecossistemas, assim como o surgimento de doenças e agravos na saúde da população nas diferentes escalas de espaço (local, microrregional e macrorregional e tempo (curto, médio e longo prazos)”. Apontam também para a necessidade de considerar diferentes conhecimentos, envolvimento das populações locais e melhora da governança na estruturação e integração de setores do governo e a transparência e a participação da comunidade).

Metodologia e análises

Para este estudo, a busca foi realizada por meio de pesquisa avançada do Google, na seção de notícias, com os termos “São Sebastião”, “chuvas” e “deslizamento”. Escolheram-se palavras que pudessem filtrar matérias relacionadas ao desastre. A análise de dados da pesquisa foi organizada a partir da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977). A técnica baseada em

[...] procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos. (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 6).

Bardin (1977) divide a análise em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na primeira etapa, denominada pré-análise, realiza-se a seleção das notícias e reportagens que serviriam para esse estudo, por meio de leitura flutuante. Foram encontradas 342 matérias, do dia 15 de fevereiro ao dia 17 de novembro de 2023 – dois dias antes do desastre e nove meses após o desastre, respectivamente. Deste conjunto, foram excluídas do corpus da análise matérias que mencionaram o desastre em análise de forma superficial, textos de opinião e matérias jornalísticas que não tinham como foco os desastres de São Sebastião, embora o citassem.

Na etapa de exploração do material, foram definidas subcategorias para a etapa de recuperação (Quadro 2), com 42 matérias, partindo do Ciclo Contínuo de Gestão de Risco e Gerenciamento de Desastres (LONDE et al, 2023), por meio da Lei nº 12.608, que estabelece a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, na criação do sistema de informações e monitoramento de desastres com ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação – esta última etapa foco da análise deste trabalho.

Do ponto de vista da cobertura do desastre, as notícias de recuperação voltam-se às ações tomadas após o desastre com objetivos de restauração e restabelecimento das regiões destruídas e das condições de vida das vítimas. São divulgadas informações sobre medidas de redução de riscos no pós-desastre, como a pressão pública nas autoridades responsáveis e a mobilização de ações necessárias após a resposta imediata, que é um momento emergencial.

A partir da visualização do conteúdo das matérias, a última parte da análise foi dedicada à leitura minuciosa das notícias e reportagens e à interpretação do conteúdo analisado, considerando a literatura acerca da cobertura de desastres.

A categoria chamada recuperação engloba uma série de subtemáticas, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1: Subcategorias analisadas da categoria “recuperação”, com suas respectivas descrições:

Subcategoria	Descrição
--------------	-----------

Recuperação de equipamentos urbanos	Anúncio de recursos para planos de trabalho de reconstrução; ação de apoio para reequipar espaços públicos atingidos, execução de obras totais em rodovias atingidas
Habitação	Construção de imóveis para vítimas da catástrofe, polêmicas envolvendo obras emergenciais de moradia, projetos de mobilização de desalojados para abrigos em moradias provisórias
Restauração ambiental	Planos municipais, estaduais, federais e voluntários que objetivam recuperar áreas ambientais devastadas pelo desastre, como trechos de mata nativa e reflorestamento
Ações de recuperação econômica	Lançamento de programas para potencializar a recuperação de setores econômicos, como o turismo.

Entre as subcategorias apresentadas, a que teve maior incidência na cobertura da recuperação foi “habitação”, com 25 matérias. Na sequência, “recuperação de equipamentos urbanos” (9); “restauração ambiental” (6) e “ações de recuperação econômica” (2). Abaixo, separamos as temáticas que foram categorizadas dentro de “habitação”, considerando as ênfases das matérias publicadas:

Quadro 2: Ênfases temáticas da subcategoria “habitação”, com suas respectivas descrições e quantidade de matérias:

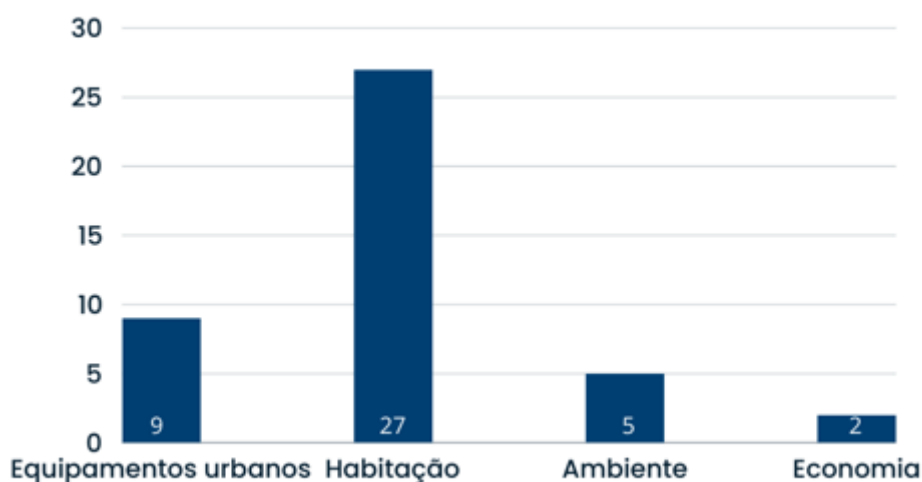
Temáticas	Descrição	Quantidade de matérias
Gestão de obras	Construção de imóveis para vítimas da catástrofe, previsão de conclusão de obras, valor de investimento e quantas áreas serão beneficiadas	16
Polêmicas	Discussões envolvendo obras emergenciais de moradia, como revolta sobre demolição de casas de desalojados, segurança	6

	das obras de construção e obras que demoram a serem concluídas	
Moradias provisórias	Projetos de mobilização de desalojados para abrigos em moradias provisórias até a conclusão das habitações definitivas	3

Os casos mais evidentes nas notícias versam sobre investimentos em trabalhos de recuperação do governo federal, estadual e municipal e de empresas privadas; anúncio de construção de casas de passagens e imóveis para vítimas da chuva; trabalhos de recuperação de estradas e tráfego de rodovias liberadas – matérias relacionadas a obras de recuperação e liberação do tráfego de rodovias são mais presentes no início da cobertura, quando o período de calamidade bloqueou estradas. Logo após, as notícias relacionadas a essa temática arrefecem.

Há, também, matérias sobre projetos de restauração de áreas afetadas, como reconstrução de mata nativa e recomposição florestal. As notícias de recuperação ambiental, voltadas às áreas verdes destruídas pelos deslizamentos, são evidentes logo em março, segundo mês de cobertura, e aparecem ao longo dos demais meses, ainda que em pouca quantidade. As matérias trazem, em sua maioria, iniciativas de institutos e da sociedade civil de reflorestar áreas degradadas, com drones e até inteligência artificial, com o objetivo de restaurar a região.

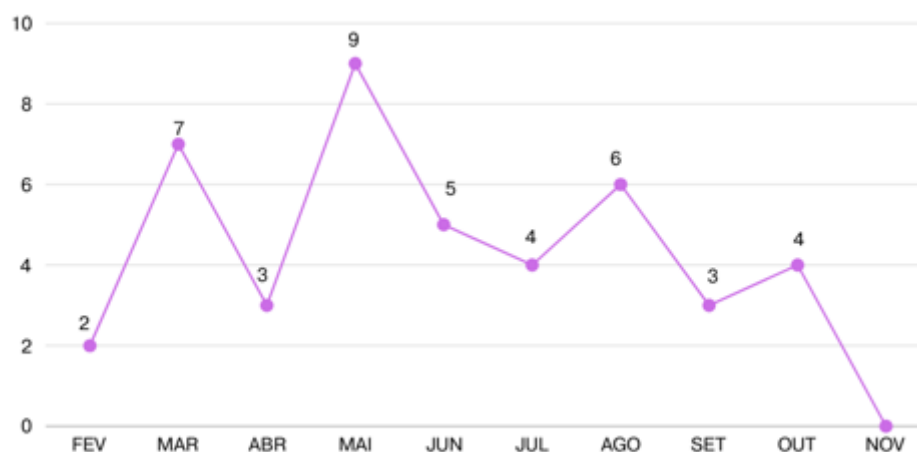
Gráfico 1 - Temáticas às quais estão ligadas às matérias



Fonte: As autoras (2024).

No gráfico acima, é possível perceber que a temática de habitação é o enquadramento principal em relação aos outros temas encontrados nas matérias analisadas. Inicialmente, as matérias relacionadas à habitação dão ênfase às construções de moradias para famílias afetadas pelo desastre climático. A partir do terceiro mês de cobertura, começam a ficar mais evidentes as matérias que se voltam a polêmicas referentes às moradias. O gráfico 2 mostra como, com o passar dos meses, as matérias de recuperação, de forma geral, vão perdendo a atenção midiática:

Gráfico 2 - Matérias sobre recuperação do corpus distribuídas ao longo do tempo



Fonte: As autoras (2024)

Após a eclosão do desastre, em março, temos sete notícias com ênfase na reconstrução. No mês seguinte, abril, há um declínio do assunto, mas em maio, período ainda recente, há o pico de atenção sobre esse assunto. Nos meses posteriores, ainda que se fale do assunto, pode-se notar menos produção de notícias sobre o tema.

Voltando para a análise das ênfases temáticas, os textos inseridos em "polêmicas" ampliam o debate para trazer movimentos e reivindicações dos planos de construções de habitação, como a verticalização e a revolta de moradores diante de demolição de casas e construções de caráter emergencial que estão atrasadas. Uma matéria publicada no portal Terra⁸ lembra que as áreas mais afetadas foram onde mais se registraram assentamentos humanos precários. Também, a notícia do Portal Tamoios News⁹ denuncia que uma tentativa de demolição causou revolta entre os moradores que afirmam não terem sido notificados previamente pela administração municipal. Uma matéria da Folha de S. Paulo¹⁰ mostra que famílias de São Sebastião estão sendo mandadas de volta para casas que já tiveram ordem de demolição e que seguem em risco.

Em relação a matérias sobre atraso em obras de habitação, destaque para as publicadas nos sites G1¹¹ e Veja¹². As matérias citadas criam uma conexão entre a vulnerabilidade e a realidade de famílias desalojadas, corroborando com o pensamento de Valêncio (2014) sobre a realidade da ausência de informações e providências acerca do encaminhamento das soluções habitacionais definitivas e a demora de serviço

⁸ Disponível

em:<<https://www.terra.com.br/planeta/sustentabilidade/plano-preve-recuperar-cicatrices-deixad-as-na-serra-do-mar-por-deslizamentos-em-sao-sebastiao.9ebcdf069fc4d1a560febe61fc99360b6k2xaopm.html>>. Acesso em 23 jun 2024.

⁹ Disponível

em:<<https://www.tamoiosnews.com.br/noticias/cidades/tentativa-de-demolicao-das-casas-na-vila-sahy-causa-revolta-dos-moradores/>> Acesso em 23 jun 2024.

¹⁰ Disponível

em:<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/governo-de-sp-manda-familias-voltarem-para-casas-condenadas-em-sao-sebastiao.shtml>>. Acesso em: 23 jun 2024.

¹¹ Disponível

em:<<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/10/27/obras-atrasam-e-tarcisio-estabelece-dezembro-como-novo-prazo-para-entrega-de-casas-para-vitimas-da-chuva-em-sao-sebastiao.ghtml>>. Acesso em 23 jun 2024.

¹² Disponível

em:<<https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-mostra-despreparo-para-enfrentar-o-impacto-das-mudancas-climaticas>>. Acesso em 23 jun 2024.

especializado – e, portanto, valida a necessidade de o jornalismo voltar o olhar a essa realidade.

Considerando que a mídia tem o dever de acompanhar o trabalho pós-desastre, houve, porém, poucas matérias questionando as autoridades quando as pautas tratavam de discussões sobre habitação, ainda que muitos textos salientassem a falta de comunicação entre prefeitura e comunidade. Sabendo que a cobertura precisa considerar as dimensões humanas e sociais nas estratégias de resiliência a desastres, seria importante salientar, também, matérias que trazem questões da dignidade da população e que apresentem, por exemplo, a recuperação da saúde física e até mental, o que também foi escasso no corpus analisado. Valêncio (2017) levanta a perspectiva sociológica em relação a matérias que mencionam o abandono dos grupos afetados. As matérias analisadas, porém, pouco aprofundam sobre as fragilidades de populações de diferentes classes sociais, raça ou gênero diante do processo de recuperação.

Considerações finais

Conclui-se que, no período estudado, na maior parte das notícias analisadas, fatores sobre habitação são o tema central. Os textos que noticiam recuperação de equipamentos urbanos, mais presentes no início da cobertura de recuperação, focam na liberação de recursos e priorizam anúncios oficiais. Já as matérias relacionadas às ações de recuperação econômica – apenas duas presentes no corpus – voltam-se, principalmente, à potencialização e retomada do turismo nas regiões afetadas.

Há uma ênfase de matérias anunciando obras de habitação para famílias atingidas pelo desastre. O debate sobre habitação foi ampliado com casos de negligência em obras nas regiões já atingidas, mas poucas matérias tratam da questão com a devida complexidade: apesar da maioria das notícias trazerem – ou pelo menos tentarem trazer – o posicionamento das instituições governamentais responsáveis pelas ações, as matérias poderiam trazer um maior aprofundamento sobre como os grupos sociais vão ser (mais) afetados com as decisões.

A cobertura de eventos extremos, cada vez mais imposta à rotina jornalística, tem um importante papel com a população. É necessário, portanto, atender às suas demandas, principalmente no período após a ocorrência do desastre, em que a mídia tende a arrefecer a atenção na cobertura. Deve, principalmente, cumprir pressupostos ao

se produzir um jornalismo mais especializado, para que a população tenha acesso a informações qualificadas.

Referências bibliográficas

ALENDE CASTRO, Silvia. Comunicar el riesgo desde la anticipación – El periodismo de prevención em la prensa gallega: una propuesta, **Anuario Electrónico de Estudios em Comunicación Social “Dissertaciones”**, v. 10, n° 2, p. 20-38, 2016.

AMARAL, Marcia F., LOZANO ASCENCIO, Carlos. PUERTAS CRISTOBAL, Esther. Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: em busca de invisibilidades e saliências. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, N.º 144, p. 125-140, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREITAS, Camila Rizzini; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; SANT'ANNA, André Albuquerque. Orçamento público e gestão de desastres climáticos. In: **ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA**, 15., 2023, Santarém. Anais [...] . Santarém: Ecoeco, 2023.

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; MENEZES, Fernanda Carvalho de. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 68, n. 3, p. 25-30, Sept. 2016 . Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jun 2024.

KITZINGER, Jenny; REILLY, Jacquie. **Ascensão e queda de notícias de risco**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2002.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza M. T.. Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de risco, da prevenção e do envolvimento cidadão. **Mediaciones Sociales**, v. 17, p. 209-222, 2018.

MACHADO, Mariana, AMARAL, Marcia F. & SOUZA, Elise (2017). **Manuais sobre a Cobertura Jornalística de Desastres: o que se espera do Jornalismo?** Anais Intercom. SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021.

SULAIMAN, Samia Nascimento. **GIRD +10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres**/coordenação Samia Nascimento Sulaiman. 1. ed. Brasília, DF: Ministério Desenvolvimento Regional: Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021. Vários autores. ISBN: 978-65-994918-0-1.

VALENCIO, Norma F. L. S.; VALENCIO, Arthur. Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público. *Anuario Electrónico de Estudios em Comunicación Social “Disertaciones”*, 10(2), 165-186, 2017. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.4791>

VALENCIO, Norma F. L.S. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(9): 3631-3644, 2014. 10.1590/1413-81232014199.06792014.

VIANA, Aline S.; MARCHEZINI, Victor; GAMBARDELLA, Alice D. Cronicidade dos processos de reconstrução e recuperação em desastres: as histórias que nem todos avós poderão contar. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 69–91, 2022. DOI: 10.35699/2316-770X.2022.39413. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/39413>. Acesso em: 13 jun. 2024.